

## **PROJETO DE LEI Nº 19, DE 5 DE JULHO DE 2016**

***Altera a Lei nº 3.578, de 30 de agosto de 2000, e dá outras providências.***

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam revogados o inciso VII do artigo 2º, o inciso II e o § 4º do artigo 3º da Lei nº 3.578, de 30 de agosto de 2000, que criou o Conselho de Alimentação Escolar na rede municipal de ensino.

**Art. 2º** Os incisos III e V do artigo 3º da Lei nº 3.578/00 passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º - (...)*

*III - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da Educação e de discentes.*

*V - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas locais”.*

**Art. 3º** Fica alterado o § 2º e acrescido o § 7º ao artigo 3º a Lei nº 3.578/00, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º (...)*

*§ 2º - Os membros efetivos e suplentes serão nomeados por decreto do Chefe do Executivo, com mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos por uma única vez.*

*§ 7º - Os discentes a que se refere o inciso III deste artigo somente poderão ser indicados e eleitos quando maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados”.*

**Art. 4º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna/MG, 5 de julho de 2016.

**Osmando Pereira da Silva**  
**Prefeito de Itaúna**

**Maria Virgínia Morais Garcia**  
**Secretária Municipal de Educação e Cultura**

**Fabiano Nogueira Gonçalves**  
**Procurador-Geral do Município**

***PROJETO DE LEI Nº 19/2016***

***JUSTIFICATIVA***

Senhor Presidente e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Itaúna:

O projeto de lei que ora passamos à apreciação do i. Colegiado dessa Casa visa proceder alterações na Lei nº 3.578, de 30 de agosto de 2000, que criou o Conselho de Alimentação Escolar na rede municipal de ensino.

As alterações emergem da necessidade de atualizar e adequar a referida lei à Lei Federal nº 11.947, de 16/06/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica e outras providências, e à Resolução nº 26, de 17/06/2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Com essa justificativa, solicitamos a aprovação do presente projeto, oportunidade em que lhes expressamos nossos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente

**Osmando Pereira da Silva**  
**Prefeito de Itaúna**

### **Comissão de Justiça e Redação**

Tendo esta comissão recebido em 05 de Agosto de 2016 pelo vereador Presidente desta comissão, Nilzon Borges Ferreira, por parte da Secretaria da Câmara Municipal de Itaúna, e tendo sido nomeado para atuar como relator no **Projeto de Lei 53/2016** que “Altera a Lei nº 3.578, de 30 de Agosto de 2000, dá outras providências.”

#### **Relatório**

O referido Projeto de Lei visa adequar o atendimento da alimentação escolar da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

#### **Voto do relator**

Assim, entende este relator que o supramencionado Projeto de Lei está devidamente instruído, estando apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

**Sala das comissões, Itaúna, 05 de Agosto de 2016.**

**Hélio Machado**  
**Relator**

Acompanham o Voto do relator os demais membros da comissão:

**Nilzon Borges Ferreira**  
**Presidente**

**Lucimar Nunes**  
**Membro**